

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE INSTITUI SISTEMA ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO

2025/2027

Pelo presente instrumento, de um lado, a empresa pública denominada **BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS S/A — BDMG**, inscrito no CNPJ sob o nº 38.486.817/0001-94, e, de outro, o **SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BELO HORIZONTE E REGIÃO**, por seus representantes legais ao final firmados, estabelecem o presente **ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE INSTITUI SISTEMA ALTERNATIVO ELETRÔNICO DE CONTROLE DE JORNADA DE TRABALHO**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente instrumento coletivo de trabalho dispõe sobre o Sistema Alternativo Eletrônico de Controle de Jornada de Trabalho adotado pelo BDMG, com fundamento no § 2º do artigo 74 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Subseção I da Portaria nº 671/MTP, de 8 de novembro de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – SISTEMAS ADOTADOS

O BDMG manterá sistema alternativo eletrônico de controle de jornada de trabalho, doravante denominado “Sistema de Ponto Eletrônico”, que se aplicará a todos os(as) empregados(as).

O registro da jornada será realizado:

- **Nos dias de trabalho presencial**, por meio do controle de ponto eletrônico integrado à **catraca de acesso** instalada nas dependências do Banco;
- **Nos dias de teletrabalho (home office)**, por meio de plataforma online com acesso remoto individualizado.

CLÁUSULA TERCEIRA – VEDAÇÕES

O Sistema de Ponto Eletrônico não admitirá:

- a) Restrições à marcação do ponto;
- b) Marcação automática do ponto;
- c) Exigência de autorização prévia para marcação de sobrejornada;
- d) Alteração ou eliminação dos dados registrados pelo(a) empregado(a).

CLÁUSULA QUARTA – REQUISITOS DO SISTEMA

O Sistema de Ponto Eletrônico deverá atender, cumulativamente, às seguintes condições:

- a) Estar disponível no local de trabalho ou por acesso remoto para registro dos horários e consulta;
- b) Permitir a identificação inequívoca do empregador e do(a) empregado(a);
- c) Possibilitar ao(à) empregado(a), a qualquer tempo, a consulta eletrônica e impressa do registro fiel das marcações realizadas;
- d) Permitir à fiscalização, quando solicitado, o acesso eletrônico e impresso aos registros;

Parágrafo primeiro. Após cumprida a jornada regular do empregado os sistemas do BDMG serão desconectados. Qualquer atividade executada após a jornada regulamentar do empregado será considerada hora-extra ou banco de horas, conforme legislação e regulamentação do tema.

CLÁUSULA QUINTA – ACESSO DO SINDICATO

Fica assegurado ao Sindicato, por meio de seus representantes ou técnicos, o acesso ao Sistema de Ponto Eletrônico, sempre que houver dúvida ou denúncia de descumprimento legal ou deste instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – ALTERAÇÕES NO SISTEMA

Qualquer alteração técnica no Sistema de Ponto Eletrônico deverá ser previamente comunicada ao Sindicato, com a devida justificativa técnica.

Parágrafo único: A realização de alterações sem a observância do disposto nesta cláusula implicará denúncia do presente acordo, cessando seus efeitos legais nos termos da Portaria nº 671/MTP.

CLÁUSULA SÉTIMA – DISPENSA DO REP

As partes signatárias reconhecem que o Sistema de Ponto Eletrônico adotado pelo Banco atende às exigências do § 2º do artigo 74 da CLT e da Portaria nº 671/MTP, dispensando-se a instalação de Registrador Eletrônico de Ponto – REP.

CLÁUSULA OITAVA – VIGÊNCIA

Este acordo coletivo terá vigência de 2 (dois) anos, com início em 15 de julho de 2025 e término em 14 de junho de 2027, podendo ser denunciado em caso de descumprimento, mediante notificação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ou aditado a qualquer tempo pelas partes.

O acordo coletivo anterior de mesmo tema, que vigoraria até 05 de abril de 2026, fica automaticamente revogado.

Assim, por estarem justas e acordadas, firmam o presente Acordo Coletivo de Trabalho em duas vias de igual teor e forma.

Belo Horizonte (MG), 15 de julho de 2025.

BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS – BDMG
Gabriel Viegas Neto – Presidente

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DE BH E
REGIÃO
Ramon Peres – Presidente